

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.571 - PI (2018/0320459-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DE DIREITO DA CENTRAL DE INQUÉRITOS DE TERESINA - PI**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**INTERES.** : **JUSTIÇA PÚBLICA**  
**INTERES.** : **EM APURAÇÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA CENTRAL DE INQUÉRITOS DE TERESINA/PI em face do JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ.

Consta dos autos que foi instaurado inquérito para a apuração de conduta fraudulenta na obtenção de financiamento para compra de veículo automotor mediante documentos falsos.

O Juízo suscitado declinou da competência às e-STJ fls. 85/87, encaminhando os autos ao Juízo estadual que, por sua vez, propôs a instauração do presente conflito invocando precedentes desta Corte de que o crime previsto no art. 19 da Lei n. 7.492/1986 deve ser julgado pela Justiça Federal (e-STJ fls. 106/107).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela competência do Juízo estadual em parecer assim ementado (e-STJ fls. 118/119):

*CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. SUPOSTO CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (ART. 19, DA LEI 7.492/86). FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO MEDIANTE FRAUDE. CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR – CDC. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CONDUTA QUE TIPIFICA O CRIME DE ESTELIONATO (ART. 171, DO CP), PRATICADO EM DETRIMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PRIVADA. PREJUÍZO UNICAMENTE AO PATRIMÔNIO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE CONCEDEU O CRÉDITO. AUSÊNCIA DE LESÃO A INTERESSES, BENS OU SERVIÇOS DA UNIÃO. AUSÊNCIA DE DESTINAÇÃO EFETIVAMENTE ESPECÍFICA E INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZOS À POLÍTICA ESTATAL OU PROPÓSITO MACROECONÔMICO. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL NÃO CONFIGURADO. PARECER PELO CONHECIMENTO DO CONFLITO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO SUSCITANTE.*

– Para que incida a proteção jurídico-penal ao Sistema Financeiro Nacional prevista na Lei nº 7.492/1986, o crédito bancário fornecido ao interessado, independentemente da denominação dada a esse crédito ou a essa operação, deve apresentar ao menos duas características distintas das demais formas de concessão de crédito: a) deve estar efetivamente vinculada a uma finalidade específica; e b) deve se originar de uma política estatal alinhada a um propósito macroeconômico, ou seja, a fraude deve ocorrer em operação financeira atrelada a eventuais interesses, bens ou serviços da União, de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, em um contexto de fomento e financiamento de determinados segmentos da atividade econômica, por meio de subvenções e facilidades, visando a efetividade de objetivos maiores do Estado, relacionados a sua atuação político-econômica e ao cumprimento de políticas públicas.

– Diferentemente da hipótese acima descrita, o que se apura no caso em apreço é a possível existência de fraude em contrato de crédito direto ao consumidor – CDC, modalidade de empréstimo que consiste em operação de crédito autônoma, cujo intuito exclusivo é a obtenção de lucro pela instituição financeira por meio da cobrança dos juros, in casu, assegurada pela garantia fiduciária. Trata-se de operação nitidamente desvinculada de qualquer traço de fomento macroeconômico decorrente da política econômico-financeira do Estado.

– Nessa toada, resta clara a impossibilidade de a conduta apurada nos autos, obtenção de crédito (mediante fraude) para a aquisição de veículo automotor, lesionar o bem jurídico tutelado pela Lei nº 7.492/1986, qual seja o Sistema Financeiro Nacional, de modo que o que se descortina na hipótese é o crime de estelionato, de competência da Justiça Estadual, vez que o único bem jurídico violado foi o patrimônio da instituição financeira fornecedora do crédito, ainda que o contrato firmado apresente na sua denominação o termo “financiamento”.

– Parecer pelo conhecimento do conflito, para declarar a competência do Juízo de Direito da Central de Inquéritos de Teresina – PI, o suscitante.

É, em síntese, o relatório.

Cuidam os autos de fraude consistente no uso de documentos falsos para viabilizar obtenção de crédito em instituição financeira para fins de aquisição de veículo automotor.

Nesses casos, a jurisprudência desta Corte se firmou em que a conduta se amolda ao tipo descrito no art. 19 da Lei n. 7.492/1986, a ser julgado pela Justiça Federal, e não configura simples estelionato, que seria julgado pela Justiça estadual.

Assim ocorre porque o referido art. 19 prevê a obtenção de "financiamento", operação que, segundo legislação regulatória específica, distingue-se das demais por ter "destinação específica".

Tratando-se, portanto, na espécie, de fraude para financiamento com destinação vinculada – compra de veículo –, o crime deve ser julgado pela Justiça Federal, conforme entendimento reiterado da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça:

*AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA MEDIANTE FRAUDE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.*

*1. O crime do art. 19 da Lei n. 7.492/1986 ficará caracterizado quando envolver financiamento, [...] e só há 'financiamento' quando os recursos obtidos junto à instituição financeira possuem destinação específica, não se confundindo, assim, com mútuo obtido a título pessoal, conduta que caracteriza o crime de estelionato (CC n. 122.257/SP, Ministra Alderita Ramos de Oliveira (Desembargadora Convocada do TJ/PE), Terceira Seção, DJe 12/12/2012).*

*2. No caso, pelo que se depreende da documentação juntada aos autos, há indícios de fraude em contrato de financiamento, uma vez que há indicação específica no pacto do bem objeto de financiamento (veículo automotor), ficando caracterizado, em tese, o tipo penal do art. 19, caput, da Lei n. 7.492/1986, e, portanto, evidenciada a competência da Justiça Federal para o conhecimento da matéria.*

*3. Agravo regimental improvido.*

(AgRg no CC 158.734/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/08/2018, DJe 14/08/2018)

*PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. 1. COMPRA DE VEÍCULO POR MEIO DE FINANCIAMENTO. DESTINAÇÃO ESPECÍFICA DO CRÉDITO. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. ART. 19 DA LEI N. 7.492/1986. 2. CONFLITO CONHECIDO PARA RECONHECER A COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL DA 14ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ.*

*1. Caracteriza-se o crime do art. 19 da Lei n. 7.492/1986 nos casos em que os recursos obtidos junto à instituição financeira possuem destinação específica. Nesse contexto, a competência é da Justiça Federal, nos termos do art. 109, inciso VI, da Constituição Federal, c/c o art. 26 da Lei n. 7.492/1986.*

*2. Conheço do conflito para reconhecer a competência do Juízo*

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

*Federal da 14ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado do Paraná, o suscitante.*

(CC 140.381/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/06/2015, DJe 01/07/2015.)

Ante o exposto, **conheço do conflito e dou por competente o Juízo suscitado** (JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

